

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026</b>
<b>CONTRATANTE (UASG):</b> PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE
<b>UASG:</b> 926320
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa para realizar prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores portáteis e prestação de serviços de testes hidrostáticos das mangueiras de incêndio da sede do MPSE, com fornecimento de material e mão de obra especializada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:</b> R\$ 22.696,87 (vinte e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos)
<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> DIA 15/06/2026 ÀS 09h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
<b>LOCAL:</b> <a href="https://www.licitanet.com.br/">https://www.licitanet.com.br/</a> ;
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> MENOR PREÇO
<b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:</b> SIM

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 13/2026**  
**PROCESSO Nº 75/2026-59**  
**GED Nº 20.27.0018.0000075/2026-59**

**SETOR REQUISITANTE: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - GSI**

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO: JOÃO RODRIGUES NETO, LUIZ DE AZEVEDO COSTA NETO, CARLOS EDUARDO VIEIRA, ELZA LORENZA QUARANTA LEITE CARVALHO, GABRIEL PAIVA LESSA LIMA E ANTÔNIO RICARDO MENDONÇA DE ALMEIDA.**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 13.168.687/0001-10, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) e da Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 1.413/2025, de 07 de maio de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, conforme descrição constante neste Edital e seus Anexos, pela Lei n.º 14.133/2021, Lei Estadual de nº 8.747/2020, Portaria 3.176 de 2023 do Ministério Público de Sergipe e, subsidiariamente, pelo Decreto Estadual nº 342/2023.

**– Licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DE SERGIPE, conforme a Lei Estadual nº 8.747/2020.**

**1 – CONDIÇÕES PRELIMINARES E ABERTURA DA SESSÃO**

**1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

**1.2.** Todas as referências de tempo estabelecidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA:** da data da publicação do aviso até o horário limite de início da sessão pública.

**DATA DA ABERTURA: 15/06/2026**

**HORA DA ABERTURA: 09h00 (Horário de Brasília)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.licitanet.com.br/>;

**UASG:** 926320 – Procuradoria-Geral de Justiça de Sergipe.

**1.3.** Não ocorrendo expediente ou existindo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **2 – DO OBJETO**

**2.1.** Contratação de empresa para realizar prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores portáteis e prestação de serviços de testes hidrostáticos das mangueiras de incêndio da sede do MPSE, com fornecimento de material e mão de obra especializada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.2.** O pregão será realizado em grupo único, com critério de julgamento pelo menor preço, observados os valores máximos previstos no anexo III neste Edital.

**2.3.** Fazem parte integrante deste edital os anexos abaixo relacionados:

**Anexo I – Termo de Referência**

**Anexo II – Modelo de Planilha de Preços;**

**Anexo III - Valores Máximos Aceitáveis pela Administração;**

**Anexo IV – Declaração de Regularidade – Resoluções CNMP N.º 01/2005 (ART. 4º), N.º 07/2006 (ART. 1º), N.º 28/2008 (ART. 1º) e N.º 37/2009 (ART. 3º);**

**Anexo V – Minuta de Contrato**

**2.4.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** As despesas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2026, obedecendo à classificação abaixo, com dotação, assim discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E	PROJETO OU	ELEMENTOS DE	FONTE
-------------------------	------------------------	------------	--------------	-------

	PROGRAMA	ATIVIDADE	DESPESA	DE RECURSO
1.11101	03.122.39	158	3.3.90.39	1500

#### **4 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5** Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

**4.6.** A participação nesta licitação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, **SEDIADAS NO ESTADO DE SERGIPE, conforme a Lei Estadual nº 8.747/2020.**

**4.6.1** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**4.7. Não poderão** participar deste Pregão:

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)** consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c)** as empresas suspensas de contratar com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe;
- d)** pessoa física ou jurídica que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

- e) empresas que estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- h) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- i) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- j) Empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, pessoa que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público de Sergipe, da União e dos Estados e servidor ocupante no âmbito do MPSE, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõem as Resoluções CNMP 01/2005, 07/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 (Anexo IV do Edital).**
- k) Estejam inscritas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 4.8.** O impedimento de que trata o item “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.9.** A critério do órgão e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “g” e “h” e poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.10.** O disposto nos itens “g” e “h” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

## **5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.2.3. Não possui empregados executando [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos ;

5.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens ou sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**5.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens ou sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**5.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

**5.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **5.14** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## **6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.1.1** – Para envio das documentações no sistema, seguir o manual de orientações para envio de proposta e documentos de habilitação, disponibilizado no sítio <https://www.licitanet.com.br>;

**6.1.2** – A(s) proposta(s) deverá(ão) ser enviada(s) em seu(s) respectivo(s) lote(s);

**6.1.3** – Após negociações, a proposta atualizada deverá ser anexada no sítio <http://www.licitanet.com.br/> dentro do prazo estabelecido no item 6.9.

**6.1.4**-Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.1.5** - O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**6.2.** - O envio da proposta ocorrerá por meio de usuário e senha.

**6.2.1** – Os documentos em meio físico não serão recebidos/reconhecidos pelo Ministério Público do Estado de Sergipe.

**6.3** – A proposta de preços do licitante deverá conter as seguintes informações, quando for o caso:

**6.3.1** -Valor unitário e total do item;

**6.3.2** - Marca/Modelo;

**6.3.3** – Fabricante;

**6.3.4** - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**6.3.5.** Fica ressalvado que a descrição do produto a ser ofertado, deverá ser o da especificação peculiar do FABRICANTE do produto, não a transcrição fiel das especificações descritas no presente termo, salvo se esta for idêntica em sua integralidade com o requisitado. A simples apresentação de proposta com a "repetição" das especificações técnicas exigidas neste termo de referência não garante o atendimento integral do objeto.

**6.3.6.** Planilha detalhada informando preço unitário e preço total. Todos os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, neles incluídas todas as despesas de impostos, transporte, frete e custos de entrega, mão de obra e demais itens indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto do Termo de Referência, durante todo o período de vigência;

**6.3.7.** A proposta deve ser endereçada ao Ministério Público do Estado de Sergipe;

**6.3.8.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.3.8.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



**6.3.9.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.7.** O licitante deverá fornecer em sua proposta todos os produtos e/ou serviços referidos em conformidade com o Termo de Referência, Anexo I do edital;

**6.8.** Fica ressalvado que a descrição do produto a ser ofertado, deverá ser idêntico ao das especificações descritas no presente edital.

**6.9** – O licitante classificado em primeiro lugar terá o **prazo de até 02 (duas) horas** para apresentação dos documentos de habilitação.

6.9.1 – convocado para apresentação dos documentos de habilitação, o licitante poderá entregá-los parcialmente, desde que constem os documentos ausentes no SICAF.

6.9.2 – Para tanto, deve informar esta condição imediatamente (via chat de mensagens do licitanet) após encerrada a sessão de disputa, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**6.10** – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**6.11** – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

**6.12** – Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.13** – As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

**6.14** – Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

**6.15** – O não cumprimento do item 9, e de seus subitens, ensejará desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

**6.16** – A proposta de preços deverá ser cotada de acordo com o detalhamento constante no Anexo II.

**7 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

**7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (UM PORCENTO).

**7.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15s (quinze segundos)** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.

**7.11.1.** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.11.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.11.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.12.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.13.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 min (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 hs (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**7.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de **05 min (cinco minutos)** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- s) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**7.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.22.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02hs (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.22.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8 – DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. CADFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (<https://sistema.comprasnet.se.gov.br/publico/CADFIM.aspx>);

8.1.5. Portal da transparência do Ministério Público de Sergipe (<https://www.mpse.mp.br/index.php/transparenciampse/licitacoes-contratos-e-convenios/portal-da-transparencia-licitacoes/portal-transparencia-lista-de-empresas-suspensas-ou-impedidas/>).

**8.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.3.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.3.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.4.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.4.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.4.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.6.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.7.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.8.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

## **9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.1.** Encerrada a fase de julgamento, a habilitação dos licitantes será verificada em relação aos documentos relacionados a seguir:
- 9.1.1. Habilitação jurídica:**

9.1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

**9.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

9.1.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.2.4. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.1.3. Qualificação Técnica**

9.1.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, ou de bens similares, equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.1.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.1.3.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.1.4. Qualificação Econômico-Financeira**

9.1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**9.2. Documentação complementar:**

9.2.1. Declaração de que não possui atualmente em seus quadros nem admitirá, durante a vigência da avença decorrente da licitação, sócios, gerentes ou diretores que sejam Membros ou servidores



(estes quando ocupantes de cargos de direção) do Ministério Público e seus cônjuges, companheiros ou parentes, até o 3º grau, em atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução n.º 1/2005 do Conselho Nacional do Ministério Público, **conforme dispõem as Resoluções CNMP 01/2005, 07/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 (Anexo IV do Edital)**;

9.2.2. A empresa deverá comprovar o credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

9.2.3. A Contratada deverá possuir o Registro da Declaração da Conformidade do Fornecedor, de acordo com a Portaria INMETRO nº 206, de 16/05/2011.

**9.3.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**9.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.7.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

10.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**9.9.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**9.10.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [Lei 14.133/21, art. 64](#):

10.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

**9.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **10 – DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.mpse.mp.br/index.php/licitacoes/>.

## **11 – DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** Após a homologação desta licitação, caso se conclua pela contratação, a Administração convocará o adjudicatário para aceitar ou retirar a nota de empenho de despesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**11.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**11.3.** Na hipótese de o vencedor da licitação não aceitar ou não retirar a nota de empenho de despesa no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**11.4.** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.3, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

11.4.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**11.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar a nota de empenho, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**11.6.** A regra do item 11.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 11.4.1.

## **12 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**12.1.** O regime de execução contratual, os modelos de fiscalização e gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **13 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. Verificada a qualidade dos produtos fornecidos e/ou dos serviços prestados e a compatibilidade com as exigências deste termo, da proposta apresentada pela empresa e do instrumento celebrado, proceder-se-á com os trâmites pertinentes à realização do pagamento, que ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, contados do atesto definitivo na nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados.

## **14 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa, sem prejuízos das multas previstas no Contrato:

I – deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

II – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**IV** – recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**V** – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**VI** – fraudar a licitação;

**VII** – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**VIII** – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**IX** – praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**14.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**14.2.1.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.2.2.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

**14.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**14.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**14.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**15.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.4.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

## **15 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**15.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**15.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

**15.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**15.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**15.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Procurador-Geral revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato

escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

**16.2.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Ministério Público de Sergipe não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.3.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**16.4.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**16.5.** Da contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes no Ministério Público de Sergipe, com exceção do prazo de 24 (vinte e quatro horas) para a intenção de recurso que, caso expire num sábado ou feriado, ainda assim, contará para os fins legais.

**16.6.** É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**16.7.** O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**16.8.** O objeto deste pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 124 da Lei n 14.133/2021.

**16.9.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**16.10.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.11.** A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

**16.12.** Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

**16.13.** Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citadas no preâmbulo deste edital.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**16.14.** O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

**16.15.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju/SE, 22 de maio de 2026.

Thiago José Menezes da Silva  
Pregoeiro  
MPSE

**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE COMBATE A INCÊNDIO E TESTES HIDROSTÁTICOS**  
**EM MANGUEIRAS DE INCÊNDIO**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Prestação de serviços de recarga/manutenção de extintores portáteis de incêndio em 2º nível, para os equipamentos existentes na sede e nas subsedes do Ministério Público do Estado de Sergipe, além de serviços de testes hidrostáticos das mangueiras de incêndio da sede do MPSE, com fornecimento de material e mão de obra especializada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A empresa deverá realizar a manutenção e recarga de todos os extintores existentes na sede e nas subsedes do MPSE e o teste hidrostático das mangueiras de incêndio existentes na sede da Instituição, observando-se os detalhes e quantidades especificados na tabela abaixo:

ITEM	TIPO	QUANTIDADE	POR LOCAL
1	EXTINTOR DE INCÊNDIO 4A:40BC DE 6 KG	117 (cento e dezessete)	- 100 (cem) em Aracaju; - 10 (dez) em Itabaiana; - 07 (sete) em Simão Dias.
2	EXTINTOR DE INCÊNDIO 20 BC DE 6 KG	14 (quatorze)	- 02 (dois) em Itabaiana; - 07 (sete) em Estância; - 05 (cinco) em Canindé.
3	EXTINTOR DE INCÊNDIO 2A DE 10L DE ÁGUA PRESSURIZADA	09 (nove)	- 02 (dois) em Aracaju; - 04 (quatro) em Estância; - 03 (três) em Canindé.
4	EXTINTOR DE INCÊNDIO 5 BC DE 6 KG (CO <sup>2</sup> )	57 (cinquenta e sete)	- 44 (quarenta e quatro) em Aracaju; - 03 (três) em Itabaiana; - 05 (cinco) em Estância; - 03 (três) em Canindé; - 02 (dois) em Simão Dias.
5	MANGUEIRA DE INCÊNDIO DE 15M E 1 ½ POLEGADAS DE DIÂMETRO	64 (sessenta e quatro)	Aracaju

1.3. Os serviços serão prestados conforme condições abaixo estabelecidas:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	I-GESP	UNID. DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNIT.	TOTAL ITEM
1	RECARGA/ MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 4A:40BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE MONOFOSFATO DE AMÔNIA	352254-7	Und.	117	R\$ 95,50	R\$11.173,50
2	RECARGA/ MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 20BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO	378094-5	Und.	14	R\$ 93,17	R\$ 1.304,38
3	RECARGA/ MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 2A DE 10L	352258-0	Und.	9	R\$ 69,50	R\$ 625,50



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	COMPOSTO DE ÁGUA PRESSURIZADA					
<b>4</b>	RECARGA/ MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 5BC DE 6 KG COMPOSTO DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO <sup>2</sup> )	338378-4	Und.	57	R\$ 137,25	R\$ 7.823,25
<b>5</b>	TESTE HIDROSTÁTICO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2 DE 1 ½ POLEGADAS, REVESTIDA EXTERNAMENTE DE POLIÉSTER E INTERNAMENTE DE BORRACHA SINTÉTICA VULCANIZADA, COM 15M DE COMPRIMENTO	443371-8	Und.	64	R\$ 27,66	R\$ 1.770,24
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 22.696,87</b>

1.4. Os extintores e as mangueiras de incêndio estão alocados nos seguintes endereços:

a) Sede do MPSE: Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho, Aracaju/SE - CEP: 49081-010;

b) Subsede de Canindé de São Francisco: Rua Antônio Alves Feitosa, nº 51, Centro, Canindé de São Francisco/SE, CEP 49820-000;

**MPSE**  
Ministério Público de Sergipe

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho,  
Edifício Governador Luiz Garcia Centro Adm. Gov. Augusto Franco,  
Aracaju/SE - CEP: 49081-000 - Fone: (79) 3209-2400

c) Subsede de Estância: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 720, Centro, Estância/SE, CEP 49200-000;

d) Subsede de Itabaiana: Av. Dr. Luiz Magalhães, nº 870, Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500-000;

e) Subsede de Simão Dias: Rodovia Lourival Baptista – SE 240, nº 2398, Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480-000.

OBS.: As mangueiras de incêndio encontram-se apenas na sede do MPSE, em Aracaju/SE.

1.5. É facultada às empresas a realização de vistoria em todos os locais onde estão os extintores e/ou mangueiras de incêndio para fins de aferição das condições dos equipamentos, favorecendo o correto dimensionamento dos serviços para elaboração de suas propostas.

1.5.1. A vistoria poderá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h, e será acompanhada de servidor designado para este fim, devendo ser previamente agendada junto ao Coordenador do Gabinete de Segurança Institucional, Sr. Luiz de Azevedo Costa Neto, através do telefone (79) 3209-2887 ou (79) 3209-2634.

1.5.2. O prazo de vistoria inicia-se no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão.

1.5.3. Para a realização de vistoria, o representante da licitante deverá estar devidamente identificado.

1.5.4. Todas as despesas decorrentes da realização de vistoria caberão à empresa interessada.

1.5.5. Realizada a contratação, não será admitida, em hipótese alguma, qualquer alegação de desconhecimento, total ou parcial, sobre os serviços a serem prestados, suas peculiaridades e complexidade.

1.6. Os serviços deverão ser realizados periodicamente, de acordo com a data da última manutenção de cada item, observando-se as regras pertinentes ao tema.

1.7. A empresa deverá executar os serviços conforme estabelece a Portaria INMETRO nº 05, de 04/01/2011, respeitando os requisitos técnicos definidos pelas seguintes normas: ABNT NBR 12962 – Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio; ABNT NBR 12779 – Inspeção, manutenção e cuidados em mangueiras de incêndio.

1.8. Justificativa para não parcelamento da contratação: não se verifica a viabilidade de parcelamento da solução, pois o objeto se constitui de grupo único que demanda solução unificada, a ser atendida pelo mesmo fornecedor. A opção pela reunião em um único grupo considerou a identidade dos itens a serem contratados e a cronologia de execução. Ademais, uma eventual divisão no presente processo submeteria a Administração a risco de mercado, já que empresas diferentes, ainda que do mesmo ramo de atividade, possuem diferenciações de ordem econômico-financeiras, estruturais, de logística, dentre outras. Isso resultaria em capacidades

distintas de prestação de serviço, dificultando o controle e expondo a execução dos contratos a possíveis níveis de serviço inferiores ao demandado pela Contratante.

## **2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3. Os serviços serão executados sob demanda. Consequentemente, os pagamentos serão feitos de forma parcelada, de acordo com a efetiva prestação dos serviços.
- 2.4. Os serviços deverão ser realizados por pessoa jurídica.
- 2.5. A empresa deverá ser credenciada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe e deverá executar os serviços de acordo com as normas pertinentes.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A presente contratação destina-se ao atendimento de demanda formalizada pelo Gabinete de Segurança Institucional e justifica-se em razão da necessidade de garantir a eficácia na proteção e no combate de eventual incêndio nos edifícios do MPSE, mantendo-se os extintores do Órgão em condições de utilização e viabilizando-se, assim, a segurança pessoal dos servidores e do público externo, bem como do patrimônio da Instituição.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 4.1. A realização dos serviços visa ao atendimento das normas legais, administrativas e técnicas que regem o tema. Neste sentido, observa-se a necessidade de atender à Lei nº 8.151, de 21 de novembro de 2016, que estabelece e define critérios acerca de sistemas de segurança contra incêndio e pânico para edificações no Estado de Sergipe. Dentro deste universo de sistemas, os hidrantes e os extintores de incêndio possuem importante relevância diante das normas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe (CBMSE), devendo a manutenção dos extintores de incêndio e o teste hidrostático das mangueiras serem efetuados dentro do período de 01 (um) ano ou quando o equipamento for utilizado ou submetido às condições previstas no normativo. Os serviços deverão ser executados por empresa credenciada junto ao CBMSE, nos moldes da Instrução Técnica nº 046/2019.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Da localização da Contratada:**

- 5.1.1. Em atendimento ao disposto no art. 2º da Lei Estadual nº 8.747/2020, a empresa contratada deverá estar localizada no Estado de Sergipe.

### **5.2. Da garantia dos materiais e/ou serviços:**

5.2.1. A contratada garantirá todos os materiais fornecidos e/ou serviços prestados, de acordo com a legislação vigente.

**5.3. Da subcontratação:**

5.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

**5.4. Da garantia contratual:**

5.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1. Da forma de execução dos serviços:**

6.1.1. A Contratada deverá retirar os extintores de seus respectivos locais para promover a realização dos serviços, devendo sempre deixar equipamentos em substituição com as mesmas características dos que foram retirados. Ou seja: a empresa poderá executar o serviço em etapas, deixando sempre substitutos para a mesma quantidade de extintores retirados em cada local, enquanto realiza a manutenção/recarga nos equipamentos do MPSE.

6.1.1.1. Se também for conveniente para o MPSE, a Contratada poderá realizar a retirada total dos equipamentos de uma só vez, desde que realize a reposição de 100% (cem por cento) do quantitativo de extintores existente em cada local.

6.1.2. O serviço de teste hidrostático das mangueiras deverá ser executado da mesma maneira: sempre que ocorrer o recolhimento, a Contratada deverá deixar equipamentos em substituição com as mesmas características dos que foram retirados. Ou seja: a empresa poderá executar o serviço em etapas, deixando sempre substitutas para a mesma quantidade de mangueiras retiradas da sede, enquanto realiza o teste nos equipamentos do MPSE.

6.1.2.1. Se também for conveniente para o MPSE, a Contratada poderá realizar a retirada total dos equipamentos de uma só vez, desde que realize a reposição de 100% (cem por cento) do quantitativo de mangueiras existente na sede da Instituição.

6.1.2.2. O serviço de teste hidrostático das mangueiras de incêndio deverá ser acompanhado de laudo com emissão de documento de responsabilidade técnica do profissional responsável pela aferição.

6.1.3. A ideia é que os prédios do MPSE sempre estejam guarnecidos com a totalidade de seus equipamentos, todos em condições normativas de uso, para serem utilizados em caso de eventual sinistro.

6.1.4. A retirada e a devolução dos equipamentos deverão ser previamente agendadas junto ao Gabinete de Segurança Institucional.

6.1.5. Os equipamentos em substituição deverão possuir características compatíveis ou superiores aos equipamentos retirados.

**6.2. Prazos:**



6.2.1. Os equipamentos já mantidos, testados e recarregados deverão ser entregues em seus respectivos locais no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de retirada pela Contratada.

### **6.3. Deveres e Responsabilidades da Contratante**

6.3.1. A Contratante deverá acompanhar, fiscalizar, zelar pela boa qualidade do serviço, receber, conferir e verificar a qualidade do serviço recebido, de acordo com as especificações técnicas exigidas.

6.3.2. O MPSE deverá permitir o acesso dos funcionários da Contratada às suas dependências (sede e subdes), proporcionando todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais.

6.3.3. A Contratante deverá, ainda, prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

6.3.4. A Contratante deverá designar um servidor para atuar como Fiscal do Contrato, e este, dentre outras atribuições, deverá acompanhar e fiscalizar os técnicos da Contratada nas visitas à Instituição, de modo a verificar a execução do contrato. O referido fiscal também será responsável por atestar a fatura.

6.3.4.1. Nas subdes, a retirada e a entrega dos equipamentos deverão ser realizadas na presença de um responsável designado pela Gabinete de Segurança Institucional.

6.3.5. A Contratante deverá atestar a execução dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à Contratada.

6.3.6. A Contratante deverá relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços.

6.3.7. A Contratante deverá sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

6.3.8. O MPSE deverá realizar o pagamento à Contratada, conforme previsto neste termo e no instrumento contratual, após o cumprimento de todas as formalidades legais.

6.3.9. A Contratante poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram a sua contratação.

### **6.4. Deveres e Responsabilidades da Contratada**

6.4.1. Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da Contratada junto à Contratante para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado.

6.4.2. A empresa deverá executar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constantes deste termo e da proposta apresentada, devendo também cumprir as condições estabelecida nos referidos instrumentos.

6.4.3. A Contratada deverá realizar os serviços nos prazos ajustados junto à Contratante.

6.4.4. A Contratada será a única responsável pela retirada dos extintores dos locais em que se encontrem, devendo devolvê-los, após a manutenção/recarga, aos cabides de sustentação existentes nos mesmos locais de onde foram retirados. Da mesma maneira, a Contratada será a única responsável pela retirada das mangueiras da sede do MPSE, devendo devolvê-las, após o teste, nos mesmos locais de onde foram retiradas.

6.4.5. A Contratada deverá recarregar todos os extintores com material original, devendo apor nos cilindros selos de identificação contendo o tipo de componente de cada equipamento e o prazo de garantia/validade do serviço.

6.4.6. Toda a mão de obra, materiais, ferramentas, produtos e demais utensílios necessários à perfeita e completa execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, sendo vedada a subcontratação.

6.4.7. Os custos com o transporte dos equipamentos, incluindo as retiradas e as entregas, caberão unicamente à Contratada, inclusive o decorrente de eventual não aprovação do serviço no ato do recebimento provisório.

6.4.8. Correrá por conta da Contratada qualquer prejuízo causado aos extintores ou às mangueiras em decorrência da execução dos serviços, incluindo aqueles havidos durante o transporte e o tempo em que permanecerem em suas dependências.

6.4.9. A empresa deverá disponibilizar aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção cuja utilização seja necessária durante a execução dos serviços.

6.4.10. A empresa deverá informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências desta Contratante.

6.4.10.1. Quando do acesso da Contratada às dependências do MPSE, todas as normas atinentes à segurança institucional deverão ser cumpridas.

6.4.11. No período da prestação dos serviços, a Contratada fica obrigada a refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou imperfeições.

6.4.12. A empresa deverá responder pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento e execução do contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

6.4.13. A empresa deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.4.14. A empresa deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução do contrato.

## **7. IMPACTOS AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

7.1. A Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

7.2. Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, provenientes do descarte inadequado dos produtos contidos nos extintores portáteis de incêndio, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. A Contratada deverá apresentar declaração informando a destinação final, ambientalmente adequada, dos resíduos provenientes do descarte/esvaziamento dos extintores de incêndio.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o estabelecido neste instrumento e com as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o Órgão e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O Órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada (quando houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) seu(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e a Portaria nº 88/2024, do Ministério Público de Sergipe, que regulamenta as rotinas administrativas aplicáveis à gestão e à fiscalização de contratos.

8.7. O Fiscal Técnico do Contrato acompanhará a sua execução, com o objetivo de avaliar a entrega do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo de prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no processo de contratação, para fins de realização do pagamento, conforme resultado pretendido pelo MPSE, com eventual auxílio da Fiscalização Administrativa.

8.7.1. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal Técnico do Contrato:

I – Conhecer todo o processo da contratação com seus artefatos (edital de licitação, autorização de contratação direta e/ou aviso de dispensa eletrônica e seus anexos), a proposta vencedora, o contrato e seus eventuais aditivos, bem como as suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II – Receber provisoriamente o objeto do contrato, na forma do art. 11, inciso I, da Portaria nº 88/2024, do Ministério Público de Sergipe, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários;

III – Acompanhar e fiscalizar *in loco* a execução do objeto, verificando a sua aderência aos termos contratuais e aferindo se a quantidade, a qualidade, a validade, os valores e preços pactuados, o prazo de entrega, as especificações e o modo de execução, dentre outros, estão compatíveis com o estabelecido no instrumento contratual, apontando as faltas ou defeitos observados;

IV – Analisar notas fiscais, faturas ou similares, conferindo a adequação entre os preços e valores faturados e os materiais entregues e/ou serviços executados, bem como o respeito ao cronograma de desembolso previsto no contrato;

V – Atestar a entrega dos materiais e/ou a prestação dos serviços (Anexo I da Portaria nº 88/2024, do Ministério Público de Sergipe), após conferência prévia do objeto contratado, para fins de recebimento definitivo;

VI – Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

VII – Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

VIII – Elaborar Relatório de Análise Técnica (Anexo III da Portaria nº 88/2024, do Ministério Público de Sergipe), contendo o registro, a análise e a conclusão acerca da execução do contrato, em consonância com suas atribuições, para fins de recebimento definitivo do objeto;

IX – Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a necessidade de prorrogações e alterações do contrato, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do objeto, as indicações de glosas, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade e demais informações necessárias ao fiel acompanhamento da execução contratual;

X – Providenciar a emissão de ordens de compra ou de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

XI – Encaminhar ao Gestor do Contrato as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições, para que possam ser solucionadas.

8.8. O Fiscal Administrativo do Contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, de acordo com a natureza do objeto, bem como se estão sendo mantidas as condições contratuais.

8.8.1. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal Administrativo do Contrato:

I – Conhecer todo o processo da contratação com seus artefatos (edital de licitação, autorização de contratação direta e/ou aviso de dispensa eletrônica e seus anexos), a proposta vencedora, o contrato e seus eventuais aditivos, bem como as suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II – Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

III – Acompanhar e fiscalizar os aspectos administrativos na execução do objeto contratual quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, de acordo com a natureza do objeto, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

V – Solicitar à Contratada a documentação necessária para a realização de suas funções, inclusive a relação de funcionários que prestam serviços nas dependências do MPSE, e proceder com a devida fiscalização;

VI – Comunicar à Contratada as pendências quanto à regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, concedendo prazo para o seu adimplemento;

VII – Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, e demais informações necessárias ao fiel acompanhamento da execução contratual;

VIII – Elaborar Relatório de Análise Administrativa (Anexo V da Portaria nº 88/2024, do Ministério Público de Sergipe), contendo o registro, a análise e a conclusão acerca da execução do contrato, em consonância com suas atribuições;

IX – Elaborar registro próprio e individualizado para cada contrato, no qual constarão todas as ocorrências relativas às suas competências;

X – Encaminhar ao Gestor do Contrato as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas.

8.9. O Gestor do Contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, de acordo com a natureza do objeto, bem como se estão sendo mantidas as condições contratuais.

8.9.1. Constituem atribuições e responsabilidades do Gestor do Contrato:

I - Conhecer todo o processo da contratação com seus artefatos (edital de licitação, autorização de contratação direta e/ou aviso de dispensa eletrônica e seus anexos), a proposta vencedora, o contrato e seus eventuais aditivos, bem como as suas atribuições para o exercício das atividades de gestão e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II – Coordenar as atividades relacionadas à Fiscalização Técnica e Administrativa, além dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

III – Verificar junto aos Fiscais de Contrato se os prazos de entrega, especificações, preços, valores e quantidades dos bens e/ou serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, e assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

IV – Manter controles adequados e efetivos dos contratos sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas à execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelos fiscais;

V – Exigir que a empresa contratada cumpra o que foi pactuado, notificando-a, por escrito, quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema, quando motivado pela Fiscalização Técnica e Administrativa do Contrato;

VI – Encaminhar ao Fiscal Técnico do Contrato ou à Comissão de Recebimento, documento fiscal referente ao fornecimento de bem, à prestação de serviço ou à execução de obra (Anexo II da Portaria nº 88/2024, do Ministério Público de Sergipe), para o seu devido atesto;

VII – Receber em definitivo bens, obras e serviços, na forma do art. 11, inciso II da Portaria nº 88/2024, do Ministério Público de Sergipe, para posterior encaminhamento de todo o processo para pagamento integral, ou de parcela do contrato.

8.10. O Gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, juntamente com o Fiscal Administrativo do Contrato, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.11. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.12. O Gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente



definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.13. O Gestor do Contrato tomará providências visando à formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Não obstante a empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, o Ministério Público do Estado de Sergipe reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os atos pertinentes. A gestão do contrato será realizada pelo Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos da Procuradoria-Geral de Justiça. A fiscalização técnica, por sua vez, será realizada pelo Gabinete de Segurança Institucional. Os servidores que atuarão na gestão e fiscalização do instrumento contratual serão designados por ato específico do Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 9º, da Portaria nº 88/2024 (MPSE).

## **9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

### **9.1. Do recebimento do objeto**

9.1.1. O recebimento do objeto deste Termo de Referência será feito na forma prevista no art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/21:

a) Provisoriamente: imediatamente após a prestação dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações exigidas;

b) Definitivamente: após a constatação da adequação dos serviços às condições especificadas neste instrumento. O recebimento definitivo será feito mediante atesto na nota fiscal.

9.1.2. O Gabinete de Segurança Institucional procederá com o recebimento provisório, quando avaliará as condições dos materiais fornecidos pela empresa.

9.1.2.1. Caso não seja aprovado o recebimento provisório, a Contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para solucionar as pendências apontadas pela fiscalização, ficando suspenso o prazo de recebimento definitivo dos produtos.

9.1.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, observadas as condições acima estabelecidas.

9.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **9.2. Do pagamento**

9.2.1. Verificada a qualidade dos produtos fornecidos e/ou dos serviços prestados e a compatibilidade com as exigências deste termo, da proposta apresentada pela empresa e do instrumento celebrado, proceder-se-á com os trâmites pertinentes à realização do pagamento, que



ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, contados do atesto definitivo na nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados.

9.2.2. A Contratada deverá comprovar a regularidade junto ao FGTS, bem como apresentar as certidões negativas de débitos municipal, estadual, federal e trabalhista, além da nota fiscal/fatura referente à execução do objeto.

9.2.3. A nota fiscal/fatura apresentada deverá observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF, de acordo com as diretrizes do Decreto Estadual nº 331/2023 e disposições correlatas. Caso a Contratada seja isenta, imune ou Optante pelo Simples, a nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada da respectiva documentação comprobatória.

9.2.4. Os documentos supracitados, os quais são imprescindíveis para a concretização do pagamento, deverão ser apresentados à Diretoria Administrativa para conferência, cabendo ao fiscal designado atestar a respectiva nota fiscal, desde que constate que tudo está em conformidade com este Termo de Referência.

9.2.5. Constatada a regularidade da Contratada e atestado o recebimento dos produtos na nota fiscal apresentada, esta será encaminhada à Diretoria Financeira para pagamento.

9.2.6. Se a Contratada der causa a atraso no pagamento da fatura, não será possível a sua atualização monetária.

9.2.7. Em caso de atraso na realização do pagamento, sem que a Contratada tenha concorrido para tanto, incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado, além de juros de mora na ordem de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGP-DI.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo total estimado da contratação é de R\$ 22.696,87 (vinte e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), conforme valores apostos anteriormente, os quais foram obtidos na fase pesquisa de preços.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados ao Ministério Público do Estado de Sergipe.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Unidade Orçamentária: 1.11101
- b) Fonte de Recursos: 1500
- c) Função/Subfunção/Programa: 03.122.39
- d) Grupo de Despesa: 3.3.90.39

## **12. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Forma de Seleção**

<input checked="" type="checkbox"/> Pregão Eletrônico
<input type="checkbox"/> Concorrência
<input type="checkbox"/> Dispensa de Licitação
<input type="checkbox"/> Outra:
<b>Hipóteses p/ Utilização do Sistema de Registro de Preços</b>
<input type="checkbox"/> Necessidade de contratações permanentes ou frequentes devido às características do objeto.
<input type="checkbox"/> É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa.
<input type="checkbox"/> É conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade.
<input type="checkbox"/> Não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, devido à natureza do objeto.
Execução de obras e serviços de engenharia:
<input type="checkbox"/> Existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
<input type="checkbox"/> Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.
<input checked="" type="checkbox"/> Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.
<b>Critério de Julgamento</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço por item
<input type="checkbox"/> Menor preço global
<input type="checkbox"/> Maior desconto
<input type="checkbox"/> Outro:

### 13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Os critérios de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão previstos no edital.

13.2. Qualificação técnica:

13.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, ou de bens similares, equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.2.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.3. Documentação complementar:

a) A empresa deverá comprovar o credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe;

b) A Contratada deverá possuir o Registro da Declaração da Conformidade do Fornecedor, de acordo com a Portaria INMETRO nº 206, de 16/05/2011.

#### **14. EXTINÇÃO DO CONTRATO**

14.1. Constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no mesmo Diploma Legal.

14.5. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

#### **15. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

15.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou supressões que sejam feitos no objeto do presente Termo de Referência, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

## **16. DO REAJUSTE**

16.1. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação.

16.2. Data da planilha de formação de preços (orçamento estimado da contratação): 27/03/2026.

16.3. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado da contratação, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. O licitante/Contratado que incorrer na prática de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 está sujeito às disposições previstas no art. 156 e seguintes da referida norma.

17.2. As sanções relativas a advertências, inexecução total ou parcial, impedimento de licitar e contratar e se, for o caso, declaração de inidoneidade, serão previstas no edital.

17.3. Na hipótese de atraso na execução do objeto, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa, observados os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o 20º (vigésimo) dia;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, o que ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

## **18. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

18.1. As partes contratantes declaram ter conhecimento das regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se a observá-las no cumprimento das obrigações assumidas em razão desta relação, na medida de suas atividades e responsabilidades e, ainda:

18.1.1. A Contratante poderá tratar dados pessoais do(s) representante(s) legal(is) da Contratada, inclusive transferi-los e compartilhá-los para outras empresas ou organizações que estejam em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e tenham estabelecido e adotado medidas de segurança da informação, desde que tais ações sejam necessárias para o desenvolvimento dos procedimentos e atividades da Contratante e estejam fundamentadas por uma das bases legais que autorizam o tratamento.

18.1.2. Em nenhum caso, os dados pessoais do(s) representante(s) legal(is) da Contratada serão expostos sem causa ou justificativa.

18.1.3. A Contratada declara estar ciente de que a Contratante possui Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais, que respeita e observa as legislações pertinentes ao tema, e que o objetivo é informá-lo sobre a importância da privacidade nas relações contratuais e sobre a

necessidade de pautar suas atividades administrativas em consonância com os termos das Políticas Internas e da LGPD.

18.1.4. No âmbito da relação contratual regida por este termo, a Contratada deverá observar a devida reserva em relação a todas as informações de natureza técnica, administrativa, financeira, processual ou confidencial que sejam de propriedade da Contratante ou de seus Membros e Servidores e/ou qualquer outra pessoa ou Instituição a que tenha acesso no exercício de suas funções.

18.1.5. Fica acordado pelas partes que, durante e após o término da relação contratual, a Contratada tem a obrigação de manter total confidencialidade em relação aos assuntos descritos neste termo e aos quais tenha acesso em virtude da contratação.

18.1.6. A infração ao disposto nesta cláusula, a qualquer tempo, sujeitará a parte infratora às indenizações por perdas e danos previstos na legislação ordinária, independentemente da rescisão imediata do instrumento.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Deverão ser obedecidas as seguintes condições gerais:

19.1.1. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES – para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

- a) Em caso de divergências entre o termo de referência e as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas;
- b) Em caso de dúvidas quanto à interpretação de qualquer documentação e das prescrições contidas no presente termo de referência, será consultada a Fiscalização do Contrato.

**ANEXO II**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 13/2026**  
**MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**

AO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROPOSTA AO PREGÃO ELETRÔNICO – 13/2026

**1. DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE: ESTADO: CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

PESSOA PARA CONTATO:

BANCO:

AG. Nº: CONTA CORRENTE:

**2. DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 13/2026 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANT .	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 4A:40BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE MONOFOSFATO DE AMÔNIA	Und.	117		
02	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO	Und.	14		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	COM CAPACIDADE EXTINTORA 20BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO				
03	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 2A DE 10L COMPOSTO DE ÁGUA PRESSURIZADA	Und.	9		
04	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 5BC DE 6 KG COMPOSTO DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO <sup>2</sup> )	Und.	57		
05	TESTE HIDROSTÁTICO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2 DE 1 ½ POLEGADAS, REVESTIDA EXTERNAMENTE DE POLIÉSTER E INTERNAMENTE DE BORRACHA SINTÉTICA VULCANIZADA, COM 15M DE COMPRIMENTO	Und.	64		
VALOR TOTAL					

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: \_\_\_\_\_.

Observações:

- Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes e garantia dos produtos ofertados.

Prazos:

- O prazo para fornecimento dos produtos é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, contados recebimento da nota de empenho;

- O prazo de garantia dos produtos é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses.

- Dados bancários (banco, agência, conta corrente) \_\_\_\_\_

- Contatos para acionamento do atendimento da

GARANTIA: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

**MPSE**  
Ministério Público de Sergipe

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho,  
Edifício Governador Luiz Garcia Centro Adm. Gov. Augusto Franco,  
Aracaju/SE - CEP: 49081-000 - Fone: (79) 3209-2400



PROPONENTE (Carimbo e Assinatura)

**ANEXO III**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026**  
**PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO**

O preço máximo que a Administração se dispõe a pagar pelos itens e o lote está descrito na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 4A:40BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE MONOFOSFATO DE AMÔNIA	Und.	117	R\$ 95,50	R\$11.173,50
02	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 20BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO	Und.	14	R\$ 93,17	R\$ 1.304,38
03	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 2A DE 10L COMPOSTO DE ÁGUA PRESSURIZADA	Und.	9	R\$ 69,50	R\$ 625,50
04	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 5BC DE 6 KG COMPOSTO DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO <sup>2</sup> )	Und.	57	R\$ 137,25	R\$ 7.823,25



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

05	TESTE HIDROSTÁTICO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2 DE 1 ½ POLEGADAS, REVESTIDA EXTERNAMENTE DE POLIÉSTER E INTERNAMENTE DE BORRACHA SINTÉTICA VULCANIZADA, COM 15M DE COMPRIMENTO	Und.	64	R\$ 27,66	R\$ 1.770,24
VALOR TOTAL					22.696,87

#### **ANEXO IV**

#### **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO 37/2009 DO CNMP**

(Nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pela Resolução nº 172/2017-CNMP, em especial no artigo 3º e alterações posteriores.

Aracaju, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal

\* A vedação, conforme o artigo 3º, §1º e §2º, “não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade” e “se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização”.

**ANEXO V**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2026**

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE  
ENTRE SI FAZEM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.**

A **Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe** pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505 – Centro Administrativo Augusto Franco – Bairro Capucho, Aracaju-SE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.168.687/0001-10, representada neste Ato pelo Procurador-Geral de Justiça, **Dr. Nilzir Soares Vieira Junior**, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida na XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº 1XXXXXXXXXXXXXXXXX, representada legalmente pelo **Sr. XXXXXXXXXXXX**, têm entre si, justo e avençado, o presente instrumento, decorrente **da XXXXXXXXXXXX** e seus anexos, que será regido pelas normas da Lei nº 14.133 de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é o de serviços de recarga/manutenção de extintores portáteis de incêndio em 2º nível, para os equipamentos existentes na sede e nas subsedes do Ministério Público do Estado de Sergipe, além de serviços de testes hidrostáticos das mangueiras de incêndio da sede do MPSE, com fornecimento de material e mão de obra especializada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência **XXXXXXXXXXXX**.

1.2. Objeto da contratação de modo resumido:

ITEM	MODELO	UNIDA DE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 4A:40BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE	Und.	117		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	MONOFOSFATO DE AMÔNIA				
2	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 20BC DE 6 KG COMPOSTO DE PÓ QUÍMICO SECO À BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO	Und.	14		
3	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 2A DE 10L COMPOSTO DE ÁGUA PRESSURIZADA	Und.	9		
4	RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTOR PORTÁTIL DE INCÊNDIO COM CAPACIDADE EXTINTORA 5BC DE 6 KG COMPOSTO DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO <sup>2</sup> )	Und.	57		
5	TESTE HIDROSTÁTICO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2 DE 1 ½ POLEGADAS, REVESTIDA EXTERNAMENTE DE POLIÉSTER E INTERNAMENTE DE BORRACHA SINTÉTICA VULCANIZADA, COM 15M DE COMPRIMENTO	Und.	64		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO</b>					<b>XXXXXX</b>

1.3. Os extintores e as mangueiras de incêndio estão alocados nos seguintes endereços:

- a) Sede do MPSE: Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho, Aracaju/SE - CEP: 49081-010;
- b) Subsede de Canindé de São Francisco: Rua Antônio Alves Feitosa, nº 51, Centro, Canindé de São Francisco/SE, CEP 49820-000;
- c) Subsede de Estância: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 720, Centro, Estância/SE, CEP 49200-000;
- d) Subsede de Itabaiana: Av. Dr. Luiz Magalhães, nº 870, Centro, Itabaiana/SE, CEP 49500-000;
- e) Subsede de Simão Dias: Rodovia Lourival Baptista – SE 240, nº 2398, Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480-000.

OBS.: As mangueiras de incêndio encontram-se apenas na sede do MPSE, em Aracaju/SE.

1.4. Os serviços deverão ser realizados periodicamente, de acordo com a data da última manutenção de cada item, observando-se as regras pertinentes ao tema.

1.5. A empresa deverá executar os serviços conforme estabelece a Portaria INMETRO nº 05, de 04/01/2011, respeitando os requisitos técnicos definidos pelas seguintes normas: ABNT NBR 12962 – Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio; ABNT NBR 12779 – Inspeção, manutenção e cuidados em mangueiras de incêndio.

1.6. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.6.1. O Termo de Referência da **XXXXXXXX**;

1.6.2. O Aviso Contratação Direta;

1.6.3. A Proposta do Contratado;

1.6.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, requisitos da contratação, o modelo de gestão e garantia dos materiais e/ou serviços, assim como os prazos e condições de conclusão, das condições de entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência da **XXXXXXXXXXXXXXXX**, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

**5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1. Da forma de execução dos serviços:**

6.1.1. A Contratada deverá retirar os extintores de seus respectivos locais para promover a realização dos serviços, devendo sempre deixar equipamentos em substituição com as mesmas características dos que foram retirados. Ou seja: a empresa poderá executar o serviço em etapas, deixando sempre substitutos para a mesma quantidade de extintores retirados em cada local,

enquanto realiza a manutenção/recarga nos equipamentos do MPSE.

6.1.1.1. Se também for conveniente para o MPSE, a Contratada poderá realizar a retirada total dos equipamentos de uma só vez, desde que realize a reposição de 100% (cem por cento) do quantitativo de extintores existente em cada local.

6.1.2. O serviço de teste hidrostático das mangueiras deverá ser executado da mesma maneira: sempre que ocorrer o recolhimento, a Contratada deverá deixar equipamentos em substituição com as mesmas características dos que foram retirados. Ou seja: a empresa poderá executar o serviço em etapas, deixando sempre substitutas para a mesma quantidade de mangueiras retiradas da sede, enquanto realiza o teste nos equipamentos do MPSE.

6.1.2.1. Se também for conveniente para o MPSE, a Contratada poderá realizar a retirada total dos equipamentos de uma só vez, desde que realize a reposição de 100% (cem por cento) do quantitativo de mangueiras existente na sede da Instituição.

6.1.2.2. O serviço de teste hidrostático das mangueiras de incêndio deverá ser acompanhado de laudo com emissão de documento de responsabilidade técnica do profissional responsável pela aferição.

6.1.3. A ideia é que os prédios do MPSE sempre estejam guarnecidos com a totalidade de seus equipamentos, todos em condições normativas de uso, para serem utilizados em caso de eventual sinistro.

6.1.4. A retirada e a devolução dos equipamentos deverão ser previamente agendadas junto ao Gabinete de Segurança Institucional.

6.1.5. Os equipamentos em substituição deverão possuir características compatíveis ou superiores aos equipamentos retirados.

## **6.2. Prazos:**

6.2.1. Os equipamentos já mantidos, testados e recarregados deverão ser entregues em seus respectivos locais no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de retirada pela Contratada.

## **6.3. Recebimento do objeto:**

6.3.1. O recebimento do objeto deste Termo de Referência será feito na forma prevista no art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/21:

a) Provisoriamente: imediatamente após a prestação dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações exigidas;

b) Definitivamente: após a constatação da adequação dos serviços às condições especificadas neste instrumento. O recebimento definitivo será feito mediante atesto na nota fiscal.

6.3.2. O Gabinete de Segurança Institucional procederá com o recebimento provisório, quando avaliará as condições dos materiais fornecidos pela empresa.

6.3.2.1. Caso não seja aprovado o recebimento provisório, a Contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para solucionar as pendências apontadas pela fiscalização, ficando suspenso o prazo de recebimento definitivo dos produtos.



6.3.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, observadas as condições acima estabelecidas.

6.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

### **7.1. LIQUIDAÇÃO:**

7.1.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) data da emissão;
- b) valor a pagar; e
- c) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis s.

7.1.2. A nota fiscal/fatura apresentada deverá observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF, de acordo com as diretrizes do Decreto Estadual nº 331/2023 e disposições correlatas. Caso a Contratada seja isenta, imune ou Optante pelo Simples, a nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada da respectiva documentação comprobatória

7.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.1.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

### **7.2. PRAZO DE PAGAMENTO:**

7.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do atesto definitivo na nota fiscal correspondente aos materiais fornecidos e/ou serviços prestados.

7.2.2. Em caso de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, incidirá multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e correção monetária pelo IGP-DI.

### **7.3. FORMA DE PAGAMENTO:**

7.3.1. Os pagamentos serão feitos de forma parcelada, de acordo com a demanda de pedidos, realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.3.2. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha (quando houver), serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida legislação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado da contratação.

8.2. Data da planilha de formação de preços (orçamento estimado da contratação): 27/03/2026.

8.3. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado da contratação, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. A Contratante deverá acompanhar, fiscalizar, zelar pela boa qualidade do serviço, receber, conferir e verificar a qualidade do serviço recebido, de acordo com as especificações técnicas exigidas.

9.2. O MPSE deverá permitir o acesso dos funcionários da Contratada às suas dependências (sede e subsedes), proporcionando todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais.

9.3. A Contratante deverá, ainda, prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

9.4. A Contratante deverá designar um servidor para atuar como Fiscal do Contrato, e este, dentre outras atribuições, deverá acompanhar e fiscalizar os técnicos da Contratada nas visitas à Instituição, de modo a verificar a execução do contrato. O referido fiscal também será responsável por atestar a fatura.

9.4.1. Nas subsedes, a retirada e a entrega dos equipamentos deverão ser realizadas na presença de um responsável designado pela Gabinete de Segurança Institucional.

9.5. A Contratante deverá atestar a execução dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à Contratada.

- 9.6. A Contratante deverá relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços.
- 9.7. A Contratante deverá sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- 9.8. O MPSE deverá realizar o pagamento à Contratada, conforme previsto neste termo e no instrumento contratual, após o cumprimento de todas as formalidades legais.
- 9.9. A Contratante poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram a sua contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 10.1. Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da Contratada junto à Contratante para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado.
- 10.2. A empresa deverá executar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constantes deste termo e da proposta apresentada, devendo também cumprir as condições estabelecida nos referidos instrumentos.
- 10.3. A Contratada deverá realizar os serviços nos prazos ajustados junto à Contratante.
- 10.4. A Contratada será a única responsável pela retirada dos extintores dos locais em que se encontrem, devendo devolvê-los, após a manutenção/recarga, aos cabides de sustentação existentes nos mesmos locais de onde foram retirados. Da mesma maneira, a Contratada será a única responsável pela retirada das mangueiras da sede do MPSE, devendo devolvê-las, após o teste, nos mesmos locais de onde foram retiradas.
- 10.5. A Contratada deverá recarregar todos os extintores com material original, devendo apor nos cilindros selos de identificação contendo o tipo de componente de cada equipamento e o prazo de garantia/validade do serviço.
- 10.6. Toda a mão de obra, materiais, ferramentas, produtos e demais utensílios necessários à perfeita e completa execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, sendo vedada a subcontratação.
- 10.7. Os custos com o transporte dos equipamentos, incluindo as retiradas e as entregas, caberão unicamente à Contratada, inclusive o decorrente de eventual não aprovação do serviço no ato do recebimento provisório.
- 10.8. Correrá por conta da Contratada qualquer prejuízo causado aos extintores ou às mangueiras em decorrência da execução dos serviços, incluindo aqueles havidos durante o transporte e o tempo em que permanecerem em suas dependências.
- 10.9. A empresa deverá disponibilizar aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção cuja utilização seja necessária durante a execução dos serviços.
- 10.10. A empresa deverá informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas

dependências desta Contratante.

10.10.1. Quando do acesso da Contratada às dependências do MPSE, todas as normas atinentes à segurança institucional deverão ser cumpridas.

10.11. No período da prestação dos serviços, a Contratada fica obrigada a refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou imperfeições.

10.12. A empresa deverá responder pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento e execução do contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

10.13. A empresa deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.14. A empresa deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – IMPACTOS AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

11.1. A Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

11.2. Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, provenientes do descarte inadequado dos produtos contidos nos extintores portáteis de incêndio, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. A Contratada deverá apresentar declaração informando a destinação final, ambientalmente adequada, dos resíduos provenientes do descarte/esvaziamento dos extintores de incêndio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. O licitante/Contratado que incorrer na prática de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 está sujeito às disposições previstas no art. 156 e seguintes da referida norma. O Ministério Público de Sergipe poderá, conforme o caso, aplicar as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de mora, observados os seguintes parâmetros, conforme previsto no artigo 162 da Lei 14.133 de 2021:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso, até o 20º (vigésimo) dia sobre o valor contratado, sem prejuízo de análise visando à eventual extinção do contrato.

12.1.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado. observados os parâmetros previstos no Artigo 156, inciso II, §3º da Lei 14.133 de 2021, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso;

12.1.4. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Sergipe pelo prazo de até 03 (três) anos.

12.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos.

12.2. As demais sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

12.3. Na aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

12.4. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Contratante, descontado da garantia prestada ou cobrado judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

12.7. A reabilitação do licitante/Contratado perante a autoridade que aplicou a penalidade poderá ocorrer, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. Constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no mesmo Diploma Legal.

13.5. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas oriundas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2026, obedecendo à classificação abaixo, com dotação, assim discriminada:

<b>CÓD DA UNIDADE</b>	<b>CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>PROJETO OU ATIVIDADE</b>	<b>ELEMENTOS DE DESPESA</b>	<b>FONTE DE RECURSO</b>
<b>1.11101</b>	<b>3.122.39</b>	<b>158</b>	<b>3.3.90.39</b>	<b>1500</b>

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. O Ministério Público de Sergipe terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação da Contratada, para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

17.1. As partes contratantes declaram ter conhecimento das regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se a observá-las no cumprimento das obrigações assumidas em razão desta relação, na medida de suas atividades e responsabilidades e, ainda:

17.1.1. A Contratante poderá tratar dados pessoais do(s) representante(s) legal(is) da Contratada, inclusive transferi-los e compartilhá-los para outras empresas ou organizações que estejam em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e tenham estabelecido e adotado medidas de segurança da informação, desde que tais ações sejam necessárias para o desenvolvimento dos procedimentos e atividades da Contratante e estejam fundamentadas por uma das bases legais que autorizam o tratamento.

17.1.2. Em nenhum caso, os dados pessoais do(s) representante(s) legal(is) da Contratada serão expostos sem causa ou justificativa.

17.1.3. A Contratada declara estar ciente de que a Contratante possui Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais, que respeita e observa as legislações pertinentes ao tema, e que o objetivo é informá-lo sobre a importância da privacidade nas relações contratuais e sobre a necessidade de pautar suas atividades administrativas em consonância com os termos das Políticas Internas e da LGPD.

17.1.4. No âmbito da relação contratual regida por este termo, a Contratada deverá observar a devida reserva em relação a todas as informações de natureza técnica, administrativa, financeira, processual ou confidencial que sejam de propriedade da Contratante ou de seus Membros e Servidores e/ou qualquer outra pessoa ou Instituição a que tenha acesso no exercício de suas funções.

17.1.5. Fica acordado pelas partes que, durante e após o término da relação contratual, a Contratada tem a obrigação de manter total confidencialidade em relação aos assuntos descritos neste termo e aos quais tenha acesso em virtude da contratação.

17.1.6. A infração ao disposto nesta cláusula, a qualquer tempo, sujeitará a parte infratora às indenizações por perdas e danos previstos na legislação ordinária, independentemente da rescisão imediata do instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro da Comarca Aracaju/SE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Aracaju, xxx de XXXXXXXX de 2026

**Nilzir Soares Vieira Junior**  
Procurador-Geral de Justiça

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADO.**

**1.**

**2.**